

A modernização em curso

LAFAIETE COUTINHO TORRES

A sociedade brasileira pouco a pouco começa a se dar conta de um extraordinário conjunto de ações e medidas voltadas para o mais importante desafio da contemporaneidade nacional: a modernização social e econômica do País. As bases das reformas fundamentais estão definidas nos projetos encaminhados pelo governo para apreciação e votação pelo Legislativo. Os pessimistas de plantão, os aventureiros de ocasião e os grupos interessados em tirar proveito das circunstâncias políticas não conseguirão esconder a magnitude dos programas ou tergiversar sobre sua importância.

O fechamento do acordo com os bancos internacionais, que reabre a confiança internacional no País, o programa de estabilização econômica empreendido pelo governo e as indicações de que a retomada do desenvolvimento é uma possibilidade, já no curto prazo, mostram que há um Brasil real trilhando caminhos acertados, apesar da torcida contrária de brasileiros inconformados e ressentidos, adeptos da obsoleta e desgastada fórmula do "quanto pior, melhor".

Muitos cobram do presidente Collor a aplicação do ideário de seu discurso de posse. Quem se dá ao trabalho de examinar o teor e a formulação dos projetos em pauta, no Congresso, certamente haverá de concluir que o programa de modernização do País está sendo cumprido à risca. A abertura da economia é uma realidade inafastável. A cartorialização da economia foi quebrada. O setor produtivo respira, aliviado, ante a determinação do governo de abolir de sua política econômica pacotes de congelamento ou medidas que possam gerar imprevisibilidade, fomentar expectativas e incertezas.

Com o equilíbrio conseguido na economia, o governo pavimenta a grande estrada da modernização do País. Os setores produtivos trabalham com a idéia de aperfeiçoamen-



to da produtividade e da qualidade e os capitais internacionais voltam a estudar a possibilidade de retomar os investimentos. É estranho que essa realidade esteja sendo escamoteada por setores radicais e parte da imprensa, que preferem adensar a situação política com prejulgamentos, condenações prévias, declarações irresponsáveis e interpretações maledicentes, inspiradas em objetivos de desestabilização e criação de climas desfavoráveis.

Parte significativa da chamada crise política é artificial. O inventário de conclusões apressadas, o repertório aéreo de inescrupulos, a resistência dos interesses cartelizados para com os programas de modernização formam uma nuvem de especulações que só danos provoca ao tecido institucional. O momento sugere equilíbrio e serenidade. Precisamos trabalhar, e muito, a fim de consolidarmos as posições planejadas pelo governo para propiciar os avanços. Qualquer passo em falso, neste momento, poderá nos jogar nos caminhos do retrocesso, tornando inviáveis as possibilidades da retomada do desenvolvimento e a caminhada rumo aos mercados mundiais.

A construção de um país forte e integrado ao contexto internacional está a exigir respeito ao ordenamento institucional. Os códigos normativos e legais da República não podem ser infringidos, sob pena de ameaçarmos as conquistas até agora conseguidas. A classe política, os setores produtivos, os sindicatos, os administradores públicos e lideranças de todas as áreas precisam colocar os interesses da Nação acima de seus interesses específicos ou corporativos. Nunca o País careceu tanto do esforço e das energias de suas forças mobilizadoras para dar seqüência ao ideário de modernização.

A História jamais perdoará aos que não sabem acompanhar o ritmo dos tempos. Trabalho, ação, mobilização, eficiência e resultados são mais desejáveis que discursos inúteis e frivolidade de análises ou virulência de campanhas movidas pelo ódio e pelo ressentimento.

■ Lafaiete Coutinho Torres é presidente do Banco do Brasil

ESTADO DE SÃO PAULO

23 JUL 1992